

## ESTUDO DE BASE DO PROJETO TERRASEIXE – GESTÃO AMBIENTAL PARTILHADA NO SUDOESTE DE PORTUGAL

### RESUMO NÃO TÉCNICO

Rosário Oliveira

Think Place - Cooperativa de Investigação-Ação para a Sustentabilidade

Janeiro 2019

O projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal é uma iniciativa do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, cujo principal objetivo é apresentar soluções de gestão do território como resposta às alterações climáticas, às ameaças à biodiversidade e ao despovoamento das áreas rurais.

A Bacia Hidrográfica da ribeira de Seixe (BHRS), que inclui os concelhos de Monchique, Aljezur e Odemira, constitui-se como um caso piloto e uma unidade territorial funcional, numa abordagem intermunicipal e inter-regional.

Trata-se de uma área com cerca de 25 000 hectares, dos quais 93% apresentam um estatuto de proteção, que inclui o Sítio Natura 2000 de Monchique e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (Fig. 1).

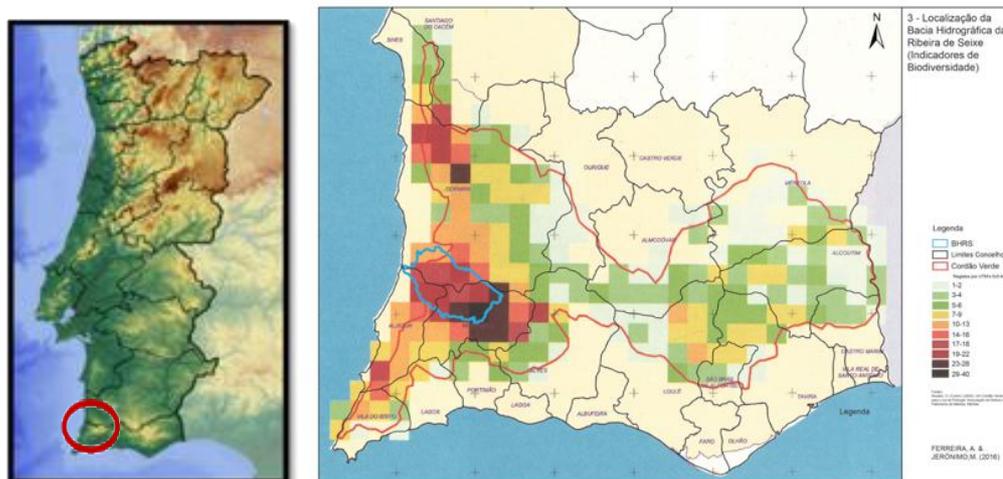


Fig. 1 – Localização da Bacia Hidrográfica na ribeira de Seixe no país e na região.

A ocupação do solo inclui 44% de eucalipto e a estrutura fundiária distribui-se por 3850 prédios rústicos. Entre 2003 e 2018 a área foi varrida por violentos incêndios com impactos ambientais e económicos significativos, à semelhança do que sucedeu em muitas outras áreas do país, agravando o despovoamento e a desertificação física.

Inverter esta tendência implica repensar o modo de atuação das políticas públicas neste território e definir um novo modelo de gestão que permita promover a conectividade ecológica, aumentar a resiliência ao fogo e às alterações climáticas, estimulando uma economia agrícola, florestal e turística de proximidade onde os serviços dos ecossistemas deverão ser entendidos numa lógica de remuneração e de criação de novos mercados.

Com início em 2016, o projeto TerraSeixe procura colmatar esta lacuna desenvolvendo-se como projeto piloto de caráter transdisciplinar na área da conservação da biodiversidade e das alterações ambientais globais. Responder a este desafio implica, antes de mais, aumentar e aprofundar o conhecimento sobre a área de intervenção que permita apresentar propostas concretas, nomeadamente a definição e implementação de uma infraestrutura verde e boas práticas de gestão, fundamentais para o restabelecimento da conectividade ecológicas, a conservação da biodiversidade e a promoção do turismo de natureza, tendo por base a adaptação às alterações climáticas.

Assim, com o apoio do CRESC Algarve 2020 (PI 6.3 – Património Natural), tiveram início os Estudos de Base do projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, a cargo da Think Place - Cooperativa de Investigação-Ação para a Sustentabilidade, sob coordenação de Rosário Oliveira.

Os trabalhos decorreram entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, e envolveram uma equipa de dez consultores que procuraram responder de forma inovadora aos desafios de gestão ambiental de um território complexo, onde ocorrem conflitos evidentes entre o estatuto de proteção que apresenta, os usos do solo dominantes e as atividades económicas daí decorrentes. Inverter esta tendência implica repensar o modo de atuação das políticas públicas na BHRS e definir um novo modelo de gestão que permita implementar medidas que promovam a conectividade ecológica, aumentem a resiliência em relação a riscos como o fogo e a desertificação e criem uma economia agrícola, florestal e turística de proximidade onde os serviços dos ecossistemas deverão ser entendidos numa lógica de remuneração e na criação de novos mercados.

Aos estudos de base foi associada uma metodologia participativa que contou com o envolvimento de 13 entidades, públicas e privadas, constituídas como parceiras, e um vasto número de representantes individuais ou coletivos, enquanto atores locais. Entre setembro e novembro de 2018, tiveram lugar três workshops participativos que recolheram contributos relevantes para a elaboração do diagnóstico participativo, a definição de uma visão estratégica e para a discussão e validação da proposta, num total de cerca de 60 participantes.

A visão para 2040 que resultou desta interação define-se como:

'A Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe, em 2040, será gerida tendo em vista uma transição sócio-ecológica, com base num modelo de ordenamento do território resiliente ao fogo e às alterações climáticas, onde a distribuição dos usos de produção e de conservação se traduzam num mosaico cultural diversificado, de uso agro-florestal-natural, a que estará associada a atividade ecoturística, assente num processo de desenvolvimento local que privilegie a economia de proximidade.'

Os conceitos, metodologia, resultados e proposta constam de três relatórios, sendo o Relatório da Fase 3 que se consubstancia como relatório final do projeto.

São de destacar os seguintes conceitos, tidos como fundamentais para se compreender o carácter inovador do projeto:

- o entendimento de que a gestão do território da BHRS deverá ser entendida como a transição para um sistema sócio-ecológico. Ou seja, o sistema biofísico, através do seu capital natural, comporta-se como um repositório de recursos que se constituem como oferta para responder à procura do sistema humano relativamente à satisfação das suas múltiplas atividades e dinâmicas.
- O capital natural entende-se como o valor dos recursos naturais na perspetiva da produção de um produto ou serviço. O capital natural é a base para o fornecimento dos serviços dos ecossistemas através dos quais se podem satisfazer necessidades de natureza ambiental ou humana e que se podem organizar de acordo com diferentes grupos: provisão, regulação, suporte e culturais.
- as infraestruturas verdes são redes ecológicas fundamentais para o desenvolvimento territorial através do uso multifuncional do capital natural, entendidas como redes estrategicamente planeadas de zonas naturais e seminaturais, concebidas e geridas para prestar uma gama alargada de serviços ecossistémicos. Incorpora espaços verdes e azuis e outras componentes biofísicas em zonas terrestres, incluindo áreas costeiras e marinhas.

- A gestão ambiental partilhada é entendida como a gestão ambiental local que inclui ações tomadas por indivíduos, grupos ou redes de atores, com várias motivações e níveis de capacidade, para proteger, cuidar ou usar com responsabilidade o meio ambiente na busca de resultados ambientais e/ou sociais em diversos contextos sócio-ecológicos.

Estes conceitos são a base para a definição metodológica da infraestrutura verde que permitiu identificar tipologias de gestão do capital natural da BHRS, nomeadamente a água, o solo, a biodiversidade e a paisagem, com vista ao restabelecimento da sua conectividade ecológica. Definiram-se, assim, três tipologias de gestão: a) áreas de conservação, b) áreas de recuperação e c) áreas de reconversão.

### a) Áreas prioritárias de conservação

As áreas de conservação (Fig. 2) foram definidas a partir da seleção dos *layers* de informação que reúnem os principais habitats e ecossistemas em bom estado de conservação no que respeita à água e à biodiversidade e que possam constituir-se como refúgios climáticos. No que respeita ao recurso solo, foi dada prioridade de conservação aos solos que apresentam um potencial de perda elevado, pois trata-se de um recurso prioritário para a implementação da infraestrutura verde. A principal prioridade é a conservação e o restabelecimento da conectividade ecológica em 37% do total da área da BHRS.

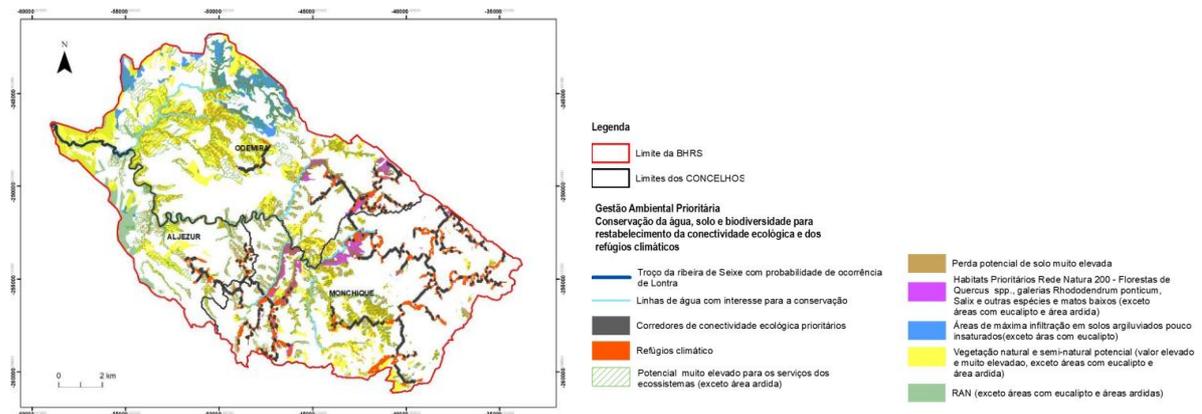


Fig. 2 – Áreas prioritárias de conservação da água, do solo e da biodiversidade para restabelecimento da conectividade ecológica e dos refúgios climáticos.

### b) Áreas prioritárias de recuperação

Esta tipologia de gestão corresponde (Fig. 3) a cerca de 15% do total da área da BHRS e é particularmente dirigida às pressões e ameaças dos valores ambientais, com especial prioridade nas áreas aridas em agosto de 2018, maioritariamente situados na sub-bacia hidrográfica da ribeira da Perna Negra, onde é prioritário restabelecer a integridade ecológica de habitats como as Florestas de Quercus spp e as galerias de Adelfeiras. Recomenda-se particular atenção à gestão das áreas sujeitas a uma perda potencial de solo elevada e à recuperação das que apresentem um potencial para se constituírem como refúgios e corredores climáticos.

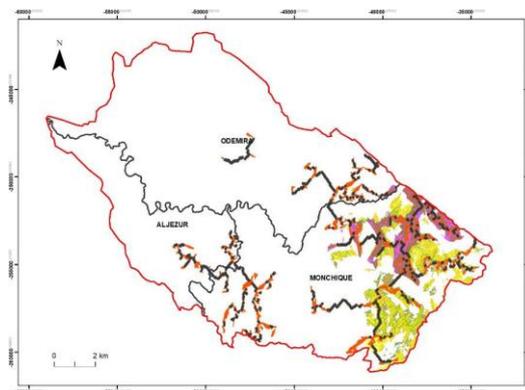




Fig. 3 – Áreas prioritárias de gestão ambiental orientada para a recuperação sujeitas a pressões ou ameaças de valores naturais.

### c) Áreas prioritárias de reconversão

Nas áreas onde a ocupação do solo não corresponde à verdadeira aptidão do solo deverão ser consideradas ações de gestão com o objetivo da reconversão numa área correspondente a cerca de 7% do total da BHRS (Fig. 4). Considera-se esta medida como aquela que permitirá libertar áreas para a produção de serviços de ecossistemas relevantes e, eventualmente, apostar numa lógica de produção em áreas onde esse potencial seja adequado em termos ecológicos e económicos. As áreas onde esta ação prioritária foi identificada corresponde a 7% da BHRS.

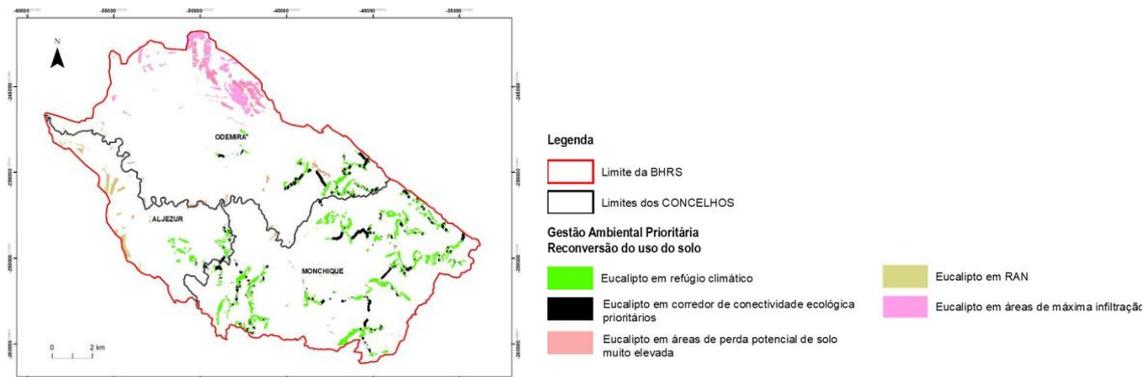


Fig. 4 – Áreas prioritárias de gestão ambiental orientada para a reconversão do uso do solo.

A rede de percursos proposta para a BHRS inclui 7 percursos: uma Grande Rota e 6 Pequenas Rotas. Os percursos de Pequena Rota são: PR – Percurso da Nascente da Ribeira de Seixe, PR- Percurso do Selão, PR- Percurso da Ribeira da Perna da Negra, PR – Percurso da Várzea, PR – Percurso da Ribeira do Cerrado e PR – Percurso da Foz da Ribeira de Seixe. (Fig. 5).

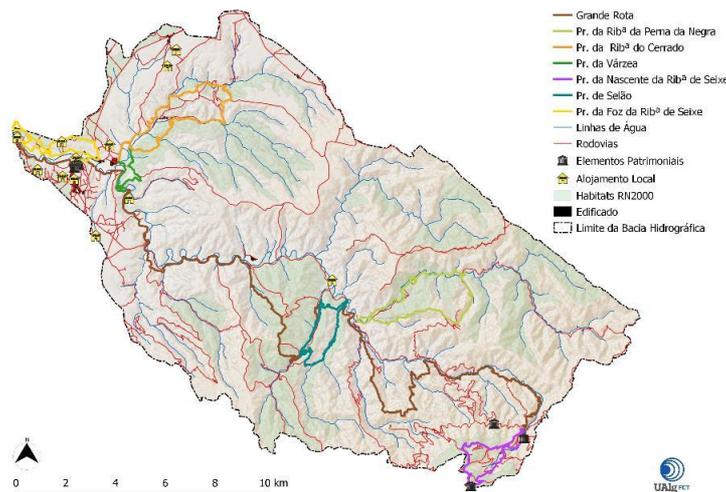


Fig. 5 – Rede de percursos

propostos para a BHRS.

Esta rede de percursos permite estabelecer a ligação com as duas Grandes Rotas existentes na região, nomeadamente: a Via Algarviana e a Rota Vicentina (quer o Trilho dos Pescadores quer o Caminho Histórico), bem como estabelecer a conexão com outros percursos de Pequena Rota existentes, principalmente, nas áreas a montante e a jusante da BHRS.

Entende-se que a proposta que aqui se apresentou constitui um primeiro passo no desenho de uma solução de gestão ambiental partilhada que devolva a integridade ecológica a esta bacia hidrográfica, de modo a que sejam criados novos mercados, impulsionadores de uma economia que se adequa ao contexto das alterações climáticas, à resiliência do capital natural e ao fornecimento de serviços de ecossistemas.

Esta gestão está a cargo de um contexto institucional complexo de entidades públicas, onde se incluem duas regiões administrativas, o Algarve e o Alentejo, três câmaras municipais, de Monchique, Aljezur e Odemira, e um número considerável de entidades nacionais com representação regional, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território, da agricultura, da floresta, da conservação da biodiversidade e da água. Juntam-se entidades privadas como associações de desenvolvimento local, associações, representantes de agricultores e de proprietários, e empresas, das quais se destacam as que operam no âmbito da indústria papelreira como a The Navigator Company, a Eglon e a Altri.

Verificou-se que no conjunto dos instrumentos de gestão territorial e nos documentos de orientação estratégica consta já um elenco de medidas de gestão que, a serem implementadas, permitiriam alcançar uma boa parte dos objetivos referidos. Sucede que a larga maioria dessas medidas não tem sido efetivamente considerada na gestão do território, de onde resulta o contrassenso da proteção ambiental de *'jure e de facto'*.

Conclui-se que a atuação futura terá que passar por formas de gestão ambiental partilhadas e faseadas de acordo com tipologias de ação que sejam ajustadas à escala da parcela fundiária, em função compromissos de longo prazo.

Dos resultados obtidos, infere-se que esse esforço deverá recair sobre cerca de 60% da área da BHRS (aproximadamente 14 600 hectares) o que permite compreender o quão importante são a partilha de responsabilidades e o estabelecimento de compromissos, pelo menos a 20 anos, já que este é o intervalo mínimo para se poder pensar o retorno financeiro de investimentos na área florestal que não impliquem espécies de crescimento rápido.

Assim, mais do que um elencar de medidas potencialmente inconsequentes, procurando alternativas relativamente aos modelos de gestão vigentes, ou a ausência deles, as propostas apresentadas pretendem criar as condições para uma nova forma de pensar a gestão do território, partindo da base, isto é, partindo da criação das condições e recursos essenciais que possam ter como orientação os princípios e conceitos apresentados neste relatório, mas não se esgotando nele.

Ao contrário, argumenta-se que as medidas de gestão deverão ser detalhadas e adequadas a cada um dos contextos sócio-ecológicos e definidas de um modo colaborativo em função dos objetivos estabelecidos.

De notar que do diagnóstico participativo efetuado ressaltam problemas estratégicos e políticos como a causa dos problemas ambientais, o que denota que a resolução destes últimos terá, necessariamente, que passar pela reconstrução dos primeiros. O Programa de Gestão Ambiental Partilhada (Fig. 6) que consta do relatório final pretende, assim, responder a este diagnóstico e à implementação da visão que dele resultou, mais do que apresentar medidas avulso, de improvável aplicação, caso as condições de governança não se encontrem reunidas.

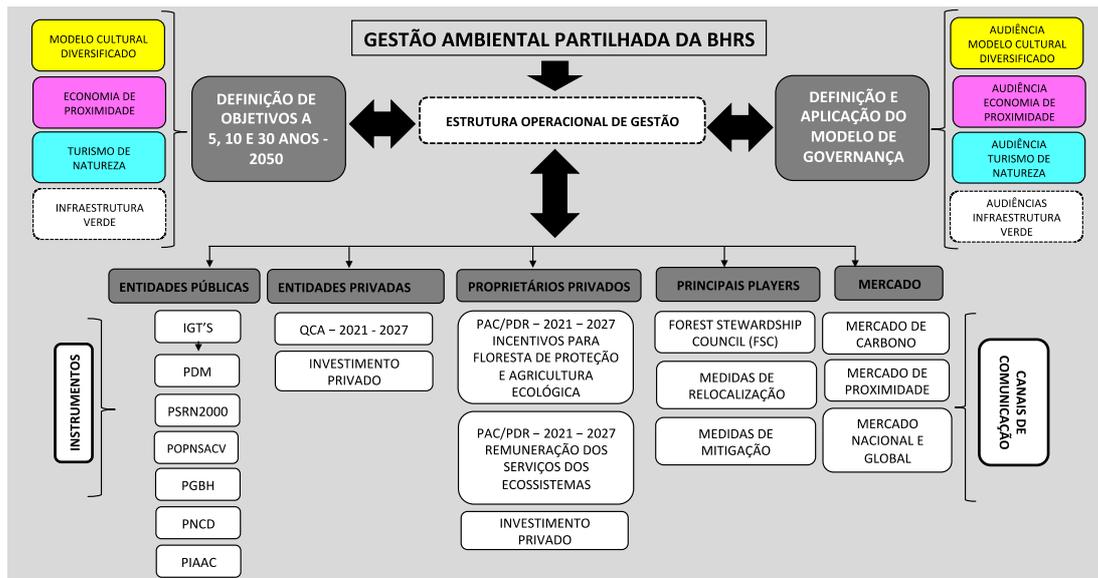


Fig. 6 – A constituição de uma Estrutura Operacional de Gestão como um aspeto central da Gestão Ambiental Partilhada.

Da experiência de discussão em torno da gestão ambiental partilhada da BHRS, obtida ao longo de um ano, retira-se que é necessário aprofundar este processo participativo. Em primeiro lugar, para situar os diferentes parceiros e atores num mesmo registo conceptual como ponto de partida para a tomada de decisão a vários níveis, público e privado. Em segundo lugar, deverão ser encetados esforços de comunicação para que este modelo seja colocado na agenda política, podendo servir, não só neste âmbito intermunicipal como a outras áreas do país com contextos similares. Em terceiro lugar, importa avançar com pequenas ações demonstrativas de intervenção *in situ*, pois para além de ser relevante para efeitos de comunicação, é fundamental para reforçar o conhecimento acerca da resposta que os ecossistemas possam dar às técnicas de conservação, recuperação e reconversão mais adequadas em termos biofísicos (já foram iniciadas estas iniciativas, pelo menos em três locais da BHRS). Por último, os compromissos de gestão de longo prazo terão que ser suportados técnica e financeiramente pela decisão política. Uma parte da área poderá iniciar tal processo no âmbito do Despacho nº 8934-A/2018 de 21 de setembro do Gabinete do Ministro do Ambiente, em que se irá elaborar o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Monchique, a que corresponde uma parte da área da BHRS.

De modo a assegurar a continuidade do processo, não deixando esmorecer as sinergias alcançadas entre as onze entidades parceiras, a que se juntaram diversos atores locais, será fundamental que sejam identificados os meios para uma próxima fase do TerraSeixe, onde o modelo de governança deverá ser consolidado, a implementação de uma gestão ambiental partilhada deverá ser iniciada, bem como a instalação dos percursos de ecoturismo, a par de um trabalho de campo aturado para a ampliação do conhecimento no terreno e para pôr em prática ações demonstrativas de restauro ecológico, acompanhadas de programas de formação e de educação ambiental.

De considerar também a necessidade de articular este projeto com outros de base regional, nomeadamente com os corredores ecológicos previstos no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT – Algarve) e Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF – Algarve), ou até internacional, se atendermos à sua continuidade em Espanha.